

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DA 2ª EMISSÃO, DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DE EMISSÃO DE INDUSTRIAL DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Pelo presente instrumento particular,

INDUSTRIAL DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. ("Emissora"), sociedade anônima, com sede à Calçada das Violetas, nº 311, 3º andar, Alphaville, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.003.635/0001-05, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("Agente Fiduciário"), instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Av. das Américas, nº 500, Sala 205, Bloco 13, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representado na forma de seu Contrato Social;

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública da 2ª Emissão, de Debêntures Não conversíveis em ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, de Emissão de Industrial do Brasil Arrendamento Mercantil S.A", ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

Esta **Escritura** foi celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da **Emissora**, realizada em 21 de março de 2000 e re-ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária de 06 de abril de 2000 ("AGE's").

Adicionalmente, as AGE's delegaram ao Conselho de Administração da **Emissora** ("CA"): (i) poderes para deliberação sobre o disposto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; (ii) poderes para cancelar as sobras de debêntures desta 2ª emissão durante o prazo de distribuição, bem como daquelas que tenham retornado ao poder da **Emissora** antes do vencimento, neste último caso mediante declaração do **Agente Fiduciário** de que as debêntures canceladas não são de titularidade de debenturistas.

II - DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1/19

TABELÃO DE IBIRAPUERA
São Paulo - Capital - Tel: 5509-2111
AUTENTICAÇÃO ESTA COPIA REPRODUZ FIDELMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL DA QUAL FOI EXTRAÍDA
Deu fé

SP.

04-02-2000

☐ Wanderley Basilio
Escrivente Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ C. 91



II.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Esta 2ª emissão de debêntures da **Emissora** será registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), na forma da Lei de nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais disposições legais regulamentares pertinentes.

II.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DAS ATAS DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

As AGE's que deliberaram sobre a emissão de debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicadas de acordo com o item IV.14.1 abaixo.

II.3. REGISTRO DA ESCRITURA NO CARTÓRIO

Esta **Escritura** será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

III – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

III.1. NÚMERO DA EMISSÃO / SÉRIE

2ª emissão de debêntures, em série única.

III.2. MONTANTE DA EMISSÃO

O montante da presente emissão é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na data de emissão.

III.3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizados para reforçar a posição de caixa e preservar a liquidez da **Emissora** para a expansão de suas operações de *leasing*.

III.4. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

O lançamento será público, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.80, atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores da operação, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

2/19

TABELIÃO DE IBIRAPUERA
São Paulo - Capital - Tel.: 5505-2100
AUTENTICAÇÃO: 04 DEZ 2000
CONFERE COM O ORIGINAL DO QUAL FOI EXTRAÍDA.
DOUT. FE.

SP

04 DEZ, 2000

Wanderley Bastiotti
Escrevente Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91



III.5. NEGOCIAÇÃO

As debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

III.6. CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES

As debêntures serão emitidas sem certificado. O extrato fornecido pelo Agente Escriturador servirá como comprovante de titularidade de debêntures, na forma disposta no parágrafo 1º do art. 27, parágrafo 2º do art. 35 e parágrafo 2º do art. 71, todos da Lei 6.404/76.

III.7. AGENTE ESCRITURADOR

Banco Bradesco S.A.

III.8. BANCO MANDATÁRIO

Banco Industrial do Brasil S.A.

IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

IV.1. Valor nominal unitário

O valor nominal unitário da debênture na data de emissão será de R\$10.000,00 (dez mil reais).

IV.2. Quantidade de Debêntures Emitidas

Serão emitidas 4.000 (quatro mil) debêntures não conversíveis em ações, em série única.

IV.3. Montante da Emissão

R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na data de emissão.

IV.4. Conversibilidade

As debêntures não serão conversíveis em ações.

3/19

TABELA DE IBIRAPUERA
São Paulo - Capital - Terço 5000-0100
AUTENTICADO. Esta cópia representa
CONFIRMAÇÃO ORIGINAL DA QUAL FOI ESTIMADA
DOUFE

SP.

04 DEZ 2004

Wanderley Basiotti
Escritor Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91



IV.5. Data de Emissão

Para qualquer efeito legal, a data de emissão das debêntures é 02 de maio de 2000.

IV.6. Prazo e Data de Vencimento

As debêntures terão prazo de 03 anos a partir da data de emissão, com vencimento em 02 de maio de 2003.

IV.7. Forma

As debêntures serão nominativas, escriturais.

IV.8. Espécie

As debêntures serão da espécie subordinada.

IV.9. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das debêntures, será o seu valor nominal acrescido dos juros definidos no item IV.10 desta Cláusula, calculados desde a data de emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

IV.10. Remuneração

As debêntures renderão juros referenciados na taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada "Taxa DI" (over extra grupo), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, "Taxa DI".

As taxas serão calculadas e acumuladas de forma exponencial *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, base 252 dias, incidentes sobre o valor nominal das debêntures, a partir da data de emissão ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

a) Condições do 1º Período de Incidência da Remuneração

- **Prazo:** de 02.05.2000 a 02.05.2001 (um ano).
- **Juros:** (PDI - percentual da Taxa DI): 105% (cento e cinco por cento) da Taxa DI.
- **Periodicidade de pagamento:** os juros serão pagos anualmente, a contar da data

4/19

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
São Paulo - SP
AUTENTICAÇÃO ESTA CÓPIA REPRODUZIDA
CONFERE COM O ORIGINAL DA QUAL FOR EXTRAÍDA.
DOUTOR
SP. 02 DEZ. 2000
Wanderley Basiotti
Escritor Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91



de emissão, vencendo-se no dia 02 (dois) de maio de 2001, ou no primeiro dia útil subsequente, conforme previsto no item IV.13.2 abaixo.

IV.10.1. Fórmula de cálculo dos juros

$$J = (S)VN \times \left[(f_1 \times f_2 \times \dots \times f_j) - 1 \right]$$

em que:

J = valor dos juros a ser pago nas datas do seu vencimento;

(S)VN = valor nominal da debênture na data de emissão, R\$ 10.000,00;

(f₁ x f₂...x f_j) = fator de variação acumulado no período de incidência de remuneração dos juros, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos f₁, f₂, f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \text{PDI} \right\} + 1$$

em que,

f_j = fator diário da taxa DI dos juros referente ao dia "j";

Taxa DI_j = Taxa DI "over extra-grupo média" diária, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

PDI = percentual da "Taxa DI" correspondente a 105% para o 1º período de vigência da remuneração.

Taxa DI

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI como referencial de remuneração das debêntures, conforme definido nesta **Escritura**, será utilizado em seu lugar o parâmetro legal que vier a substituí-la. Na ausência de um substituto legal, o **Agente Fiduciário** deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação, no prazo máximo de 30 dias, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às debêntures proposto pela **Emissora**.

IV.11. Repactuação

Ao final de cada Período de Incidência da Remuneração das debêntures, a **Emissora** obriga-se a repactuar as condições que permanecem constantes durante o referido período, definindo novas condições para o período subsequente. De acordo com o

5/19

São Paulo - Capital - Tel.: 5505-1111
AUXÍLIO ÀO SUBSCRITORES
CONFIRME COM O ORIGINAL DA QUAL FOR EXIBIDA
DOUTRE
SP. 04-DEZ. 2000
Wanderley Basiotti
Escritor Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91

SELO DE AUTENTICIDADE
SERVIÇO DE
DEBÊNTURES
OBRIGADO



estabelecido nas AGE's, fica, desde já definido que o primeiro "Período de Incidência da Remuneração" das debêntures, terá o início na data de emissão, ou seja, 02.05.2000 e vencimento em 02.05.2001, o segundo Período de Incidência da Remuneração terá término em 02.05.2002 e o terceiro e último Período de Incidência da Remuneração terá seu término na data de vencimento das debêntures, que se dará em 02.05.2003.

As novas condições deliberadas pela **Emissora** através do seu Conselho de Administração ou Assembléia de Acionistas, deverão ser divulgadas por intermédio da publicação de "Aviso aos Debenturistas", conforme o item IV.14.1 - Publicidade, até 10 (dez) dias úteis antes da data de encerramento de cada Período de Incidência da Remuneração, informando, no mínimo:

- a) o prazo do próximo Período de Incidência da Remuneração;
- b) as condições de remuneração e periodicidade de pagamento;
- c) o procedimento e o prazo para o debenturista manifestar a opção de venda de suas debêntures à **Emissora**, se for o caso.

IV.11.1. Opção de Venda: Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela **Emissora** para o próximo "Período de Incidência da Remuneração", ou caso tais condições não sejam publicadas pela **Emissora**, os debenturistas poderão, entre o 9º (nono) e o 5º (quinto) dia útil anteriores à data de repactuação, manifestar, através da CETIP ou na sede da **Emissora**, sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à **Emissora**, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das debêntures, na hipótese de não publicação das condições de remuneração a que se refere este item.

IV.11.2. Aquisição Obrigatória: A **Emissora** obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures nas datas de encerramento de cada "Período de Incidência da Remuneração", daqueles debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela **Emissora** para o período subsequente, por preço não inferior ao saldo devedor das debêntures na referida data.

IV.11.3. Destinação das debêntures adquiridas: As debêntures que vierem a ser adquiridas pela **Emissora** nos termos acima, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou recolocadas no mercado.

IV.12. AQUISIÇÃO DAS DEBÊNTURES PELA EMISSORA

IV.12.1. Resgate Antecipado Facultativo

A **Emissora** reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de carência de 120 dias, contados da data de emissão, promover o resgate antecipado destas debêntures em circulação, por valor não inferior ao seu saldo devedor até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio coordenado pelo **Agente Fiduciário**.

6/19

São Paulo - Capital - Tel. (011) 3000-1111
AUTENTICAÇÃO: Esta cota com a reprodução
CONFERE COM O ORIGINAL DA QUAL SE DESTINA
DOU-RE

04 DEZ 2000
VALDO SENECA
COMO SE TIRE
AUTENTICAÇÃO

Wanderley Basiotti
Escrivente Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0.91



O resgate deverá ser precedido da publicação de "Aviso aos Debenturistas" em jornal de grande circulação, nos termos do item IV.14.1 – Publicidade, com antecedência mínima de 30 dias da data do resgate. As debêntures que vierem a ser resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

IV.12.2. Aquisição Facultativa

A **Emissora** poderá adquirir debêntures desta emissão em circulação, a qualquer tempo, por preço não superior ao seu saldo devedor até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. As debêntures que vierem a ser adquiridas pela **Emissora** nestes termos, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou recolocadas no mercado.

IV.12.3. Vencimento Antecipado

O **Agente Fiduciário** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta **Escritura**, e exigir da **Emissora** o imediato pagamento do valor do saldo devedor das debêntures até a data do efetivo pagamento, acrescido de encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) protestos legítimos e reiterados de títulos contra a **Emissora** ou suas subsidiárias;
- b) pedido de concordata formulado pela **Emissora**;
- c) decretação ou pedidos reiterados de falência da **Emissora**;
- d) falta de cumprimento pela **Emissora** de qualquer obrigação prevista nesta **Escritura**, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo **Agente Fiduciário**;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **Emissora** prevista nesta **Escritura** de Emissão;
- f) não publicação de Aviso aos Debenturistas informando as condições para cada "Período de Incidência da Remuneração", nos termos e prazos estabelecidos no item IV.11 - Repactuação.
- g) alteração do controle acionário da **Emissora**.

7/19

TABELA DE IBIRAPUERA
São Paulo - Capital - Tel: 5505-2100
AUTENTICAÇÃO: Esta cópia REMUNERADA
CONFERE COM O ORIGINAL DA QUAL FOI EXTRAÍDA
Jornal

SP. 04 DEZ. 2000
Wanderley Basiotti
Escritor Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91



IV.12.4. Direito dos Debenturistas em caso de Incorporação, Fusão ou Cisão

Na hipótese de alteração estatutária que represente modificação substancial do objeto social e reorganização societária que venha a culminar em sua incorporação, fusão ou cisão, fica assegurado aos debenturistas, durante o período de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação da 1ª ata da Assembléia relativa às eventuais operações descritas, o resgate das debêntures de que forem titulares, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 231 da Lei 6.404/76.

IV.13. DOS PAGAMENTOS E ENCARGOS MORATÓRIOS

IV.13.1. Local de Pagamento

Os pagamentos de quaisquer eventos pecuniários relativos às debêntures serão efetuados pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, ou por instituição financeira contratada pela Emissora para esse fim, ou ainda na sede da Emissora, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema.

IV.13.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de quaisquer obrigações até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.

IV.13.3. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às debêntures, o débito em atraso ficará sujeito a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento), além da remuneração estabelecida nesta Escritura, acrescida de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros moratórios, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

IV.13.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias relativas às debêntures devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de rendimentos após a data do vencimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até referida data.

8

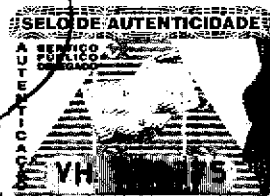
8/19

TABELEIÃO DE IBIRAPUETÁ
São Paulo - Capital - Tel.: 0800-11110
AUTENTICAÇÃO Esta cópia reproduzida
CONFERE COM O ORIGINAL DA QUAL FOI EXTRAÍDA
Deputado

SP

04-DEZ-2000

Wanderley Bastiotti
Escrevente Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91



IV.14. DAS COMUNICAÇÕES

IV.14.1. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser objeto de aviso mediante publicação no "Jornal da Manhã" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em que a **Emissora** realiza as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais e aqueles estabelecidos neste instrumento, devendo a **Emissora** avisar, tempestivamente, o **Agente Fiduciário** da realização de qualquer publicação.

IV.14.2. Notificações

As correspondências efetuadas por qualquer das partes nos termos desta **Escritura**, deverão observar os seguintes endereços:

Para a **Emissora**:

Industrial do Brasil Arrendamento Mercantil S.A
At. Sr. Ricardo Galbaum
Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Av. Juscelino Kubitschek, 1.703, 3º andar
São Paulo, SP
CEP 04543-000
Fone: (0xx11) 3049-9772 - Fax (0xx11) 3049-9810

Para o **Agente Fiduciário**:

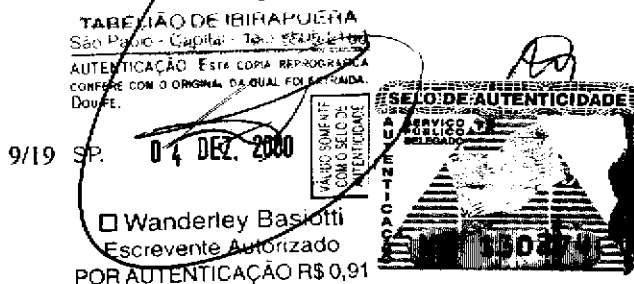
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Av. das Américas, nº 500, Grupo 205, Bloco 13
Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
CEP 22.640-100
Tel. (0XX21)4937003 Fax (0XX21) 4934746

V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **Emissora** obriga-se adicionalmente a:

a) Fornecer ao **Agente Fiduciário**:

a.1) dentro de no máximo 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;



- a.2) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
- a.3) cópia das informações periódicas e informações eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
- a.4) com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, notificação da convocação de qualquer assembléia geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembléias gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar, e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item IV.14.1 - Publicidade;
- a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;
- a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento;
- a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contado da respectiva data de vencimento;
- b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, e permitir que representantes do **Agente Fiduciário** (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão, caso o **Agente Fiduciário** não o faça;
- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

10/19 SP. 04 DEZ 2000

SECRETARIA DE REGISTRO DE EMPRESAS
São Paulo - Capital - Tel.: 5005-1130
AUTENTICAÇÃO: Esta cópia reproduzida
CONFERE COM O ORIGINAL DA QUAL FOI EXTRAÍDA
DOU F.

Wanderley Basiotti
Escritor Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91



- h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) notificar o **Agente Fiduciário** sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da **Emissora**;
- k) não pagar dividendos, salvo o estipulado no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às debêntures objeto desta **Escritura**, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- l) informar imediatamente ao **Agente Fiduciário** qualquer evento relativo aos itens "a", "b", "c", "e" e "g" da Cláusula IV.12.3. - Vencimento Antecipado.

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

VI.1. NOMEAÇÃO

A **Emissora** nomeia e constitui como agente fiduciário, para representar a comunhão dos debenturistas perante a **Emissora, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda**, qualificado no preâmbulo desta **Escritura**, o qual declara: aceitar a função para a qual foi nomeado e todos os encargos dela decorrentes, previstos na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na Instrução CVM n.º 28/83; não ter qualquer impedimento legal para aceitar a função; preencher os requisitos legais para o exercício do cargo; e aceitar a presente **Escritura** com todas as suas cláusulas e condições.

VI.2. DECLARAÇÃO

O **Agente Fiduciário**, nomeado na presente **Escritura**, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º, da Lei 6.404/76, e o Artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta **Escritura**;
- c) aceitar integralmente a presente **Escritura** em todas as suas cláusulas e condições;

11/19

TABELIÃO DE IBIRAPUENA
São Paulo - Capital - Tel.: 5506-2183
AUTENTICAÇÃO - Esta cópia reproduzida
CONFERE COM O ORIGINAL DA QUAL FOI EXTRAÍDA.
DOUTOR

11/19 SP. 04 DEZ 2008
Wanderley Basilio
Escrivente Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91



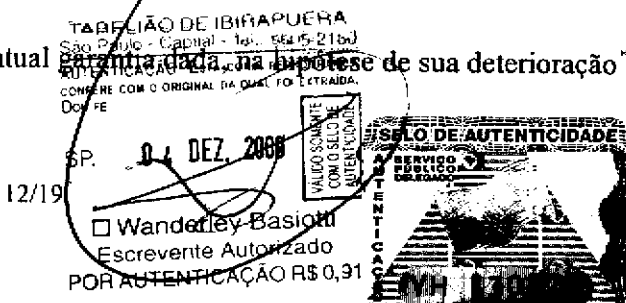
[Assinatura manuscrita]

- d) não ter qualquer ligação com a **Emissora** que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31/10/90 do Banco Central do Brasil.

VI.3. SÃO DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Constituem deveres e atribuições do **Agente Fiduciário**, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese da superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na **Escritura**, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a **Emissora** não o faça, o registro desta **Escritura** e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da **Emissora** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- h) verificar a regularidade da constituição das eventuais garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua eficiência e exequibilidade;
- i) intimar a **Emissora** a reforçar a eventual **garantia dada na hipótese de sua deterioração** ou depreciação;



j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede ou estabelecimento principal da **Emissora**;

k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **Emissora**;

l) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por duas vezes, nos órgãos de imprensa onde a **Emissora** deva efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta **Escritura**;

m) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

n) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b" da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **Emissora** ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **Emissora** ;
- alterações estatutárias ocorridas no período;
- comentários sobre as demonstrações financeiras da **Emissora**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da **Emissora**;
- posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
- resgate, repactuação, amortização e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela **Emissora**;
- acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **Emissora**;
- relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- cumprimento de outras obrigações assumidas pela **Emissora** nesta **Escritura**;
- declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **Agente Fiduciário**;



- declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures da presente emissão

o) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **Emissora**, ao menos nos seguintes locais:

- na sede da **Emissora**;
- no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- na CVM;
- nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- na sede da instituição que liderou a colocação das debêntures;

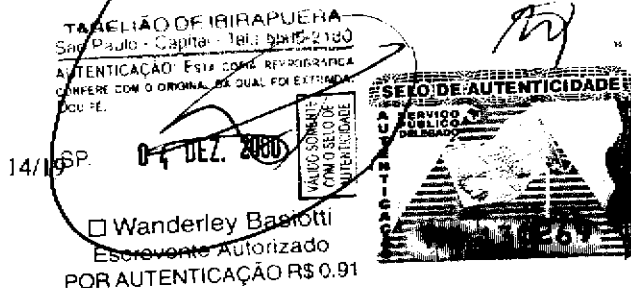
p) publicar, nos órgãos da imprensa onde a **Emissora** deva efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta **Escritura**, e às expensas da **Emissora**, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "o";

q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à **Emissora** e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;

r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes da **Escritura**, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer à **Emissora**;

s) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela **Emissora**, de obrigações assumidas na **Escritura**, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos e enviando comunicação de igual teor:

- à CVM;
- às Bolsas de Valores, quando for o caso;
- ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.



t) No caso de inadimplemento da **Emissora**, o **Agente Fiduciário** deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- (i) declarar, observadas as condições desta **Escritura**, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar os seus valores de principal e acessórios;
- (ii) exercer as garantias outorgadas, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial, dos debenturistas;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- (iv) representar os debenturistas em processos de falência ou concordata da **Emissora**.
- (v) requerer a falência da companhia **Emissora**, se não existirem garantias reais.

O **Agente Fiduciário** poderá exercer a atribuição prevista no item "i", da letra "t" desta cláusula, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação prevista nesta **Escritura**.

O **Agente Fiduciário** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "i" a "iii" se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das debêntures em circulação. Na hipótese da alínea "iv", será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação.

VI.4. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Será devida ao **Agente Fiduciário**, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta **Escritura**, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais antecipadas no valor de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida no primeiro dia útil subsequente assinatura a assinatura da escritura de emissão e as demais na mesma data dos anos seguintes;
- b) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o **Agente Fiduciário** ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela **Emissora**;
- c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir de 01/04/2000, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata-die" se necessário;

15/19

TABULADO DE IGIAPUETIA
São Paulo - Capital - Tel.: 5500-2100
AUTENTICAÇÃO: Esta cópia reproduzida
conferida com o original, a qual foi examinada.
Doc. Fe.

04 DEZ. 2000

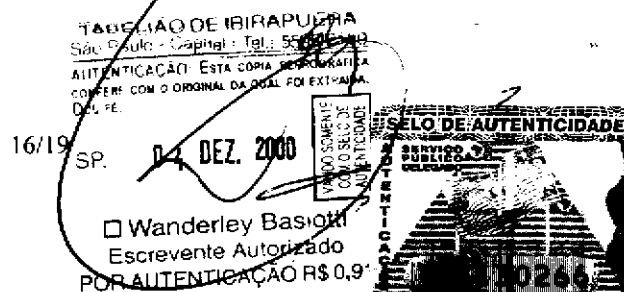
Wanderley Bastoni
Escritor Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91



- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **Agente Fiduciário**, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela **Emissora**, conforme descrito no item 6 desta Cláusula. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à **Emissora**;
- e) O **Agente Fiduciário** deverá informar aos debenturistas qualquer irregularidade verificada nos documentos ou registros que lhe tenham sido encaminhados pela **Emissora**, incluindo, mas não se limitando às deliberações societárias e atos da administração da **Emissora**;
- f) Todas as despesas com procedimentos legais, no caso de inadimplência da **Emissora**, em que o **Agente Fiduciário** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela **Emissora**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo **Agente Fiduciário**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **Agente Fiduciário** na hipótese de a **Emissora** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o **Agente Fiduciário** solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta **Escritura**;
- h) As remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS, PIS, COFINS e outros impostos que possam vir a incidir sobre a referida remuneração, de acordo com a alíquota vigente nas datas de cada pagamento.

VI.5. SUBSTITUIÇÃO

VI.5.1. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do **Agente Fiduciário**, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo **Agente Fiduciário**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **Emissora**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à **Emissora** efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo **Agente Fiduciário**.



VI.5.2. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do **Agente Fiduciário**, o **Agente Fiduciário** substituído deverá destinar os recursos em parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada "pro-rata temporis", desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição do **Agente Fiduciário**, ao **Agente Fiduciário** substituto como forma de pagamento aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do **Agente Fiduciário** será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas.

VI.5.3. Na hipótese de não poder o **Agente Fiduciário** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

VI.5.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

VI.5.5. A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

VI.5.6. A substituição, em caráter permanente, do **Agente Fiduciário** deverá ser objeto de aditamento desta **Escritura**, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

VI.5.7. O **Agente Fiduciário** iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta **Escritura** de Emissão ou do eventual aditamento relativo à substituição do **Agente Fiduciário**, no caso do **Agente Fiduciário** substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

VI.5.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do **Agente Fiduciário** as normas e preceitos emitidos pela CVM.

VI.6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

VI.6.1. A **Emissora** ressarcirá o **Agente Fiduciário** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

VI.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 3 (três) dias úteis após a entrega à **Emissora** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

VI.6.3. As despesas a que se refere este item 6 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e outras despesas conforme previsto nesta **Escritura**, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

17/19 SP. 04 DEZ 2009
Wanderley Basilio
Escriturante Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,90
SELO DE AUTENTICAÇÃO
AUTENTICAÇÃO
H 1026

ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DA 2ª EMISSÃO, DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DE EMISSÃO DE INDUSTRIAL DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

g) Será facultada a presença de representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

h) O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

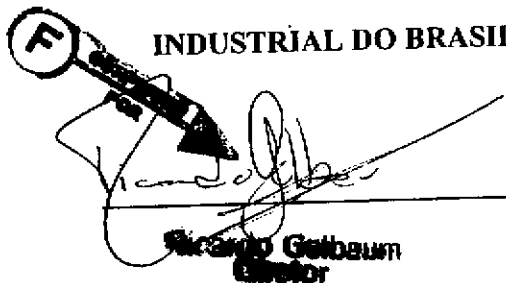
VIII - DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

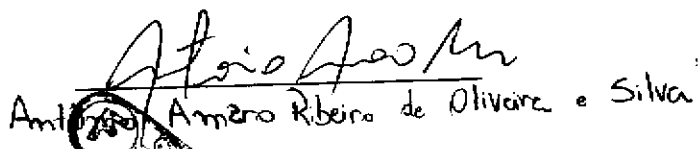
São Paulo, 05 de junho de 2000.

INDUSTRIAL DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

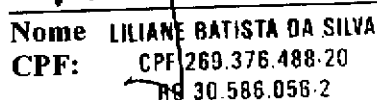

Ricardo Galbaum
Diretor

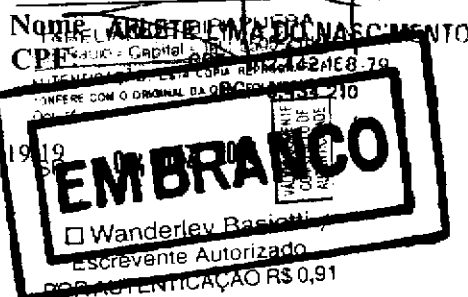

FERNANDO MARCONDES DE SOUZA
Diretor

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA**


Antonio Amaro Ribeiro de Oliveira e Silva

TESTEMUNHAS:


Nome LILIANE BATISTA DA SILVA
CPF: 269.376.488-20
RG 30.586.056-2


Nome WANDERLEY BASTIANI
CPF: 269.376.488-20
RG 30.586.056-2
19/12/2000
EMBRANCO
Wanderley Bastiani
Escrivente Autorizado
POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE BARUERI - SP

BEL. FRANCISCO RAYMUNDO - OFICIAL DESIGNADO
BEL. ADEMIR FIORANELI - OFICIAL DESIGNADO

REGISTRO

5.406

FICHA

001

LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR

Barueri, 14 de junho de 2.000.

EMIÇÃO DE DEBÊNTURES

EMISSIONA: INDUSTRIAL DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A., pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Calçada das Violetas, nº 311, 3º andar, Alphaville, nesta Cidade e Comarca de Barueri, deste Estado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.003.635/0001-05, tendo como objetivo social exclusivo, a prática das operações de arrendamento mercantil definidas na Lei Federal nº 6.099/74, observadas as disposições da legislação em vigor, conforme consta do seu Estatuto Social constante na Ata de Assembleia Geral datada de 26 de Julho de 1.995, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob nº 179.815/96-9, em sessão de 09/01/1.996. **AGENTE FIDUCIÁRIO:-** OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Avenida das Américas, nº 500, Sala 205, Bloco 13, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, com o seu Contrato Social datado de 22/02/1.990, devidamente arquivado sob NIRE 33202197198, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, em sessão de 17/04/1.990, e, a décima Quarta alteração contratual, com consolidação do contrato social, datada de 11/11/1998, devidamente registrada sob nº 98/188366-4, em sessão de 23/12/1.998, instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **TÍTULO:** Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública da 2ª Emissão, de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, datado de 05 de Junho de 2.000. **DA AUTORIZAÇÃO:** O Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública da 2ª Emissão, de Debêntures Não Conversíveis em Ações foi celebrado com base na autorização deliberada na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 21 de março de 2.000, retificada pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 06 de abril de 2.000, devidamente registradas sob n.º 57.374/00-4, em sessão de 29/03/2.000, e sob n.º 73.768/00-5, em sessão de 24/04/2.000, respectivamente, tudo na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, e publicadas no Diário Oficial do Estado - D.O.E - sessão empresarial, respectivamente, em 19/04/2.000 e 27/04/2.000 e no Jornal da Manhã, respectivamente, em 14/04/2.000 e 27/04/2.000. **DOS REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO:** A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:- **REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AROUVAMENTO E PUBLICAÇÕES DAS ATAS DE ASSEMBLÉIAS GERAIS:-** A 2ª emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei nº 6.385 de 07 de Dezembro de 1.976 e Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1.976 e demais disposições legais regulamentares pertinentes, e as Assembleias Gerais que deliberarem (continua no verso)

TABELIÃO DE IRIDU-POERA
São Paulo - SP - Tel.: 5502-2000

CONFIRMAÇÃO DE EMISSÃO REPROGRÁFICA
CONFIRMAÇÃO ORIGINAL DA QUAL FOI EXATAMENTE
Duplicado

EMBRANCO

Wanderley Basiotti
Escritor Autorizado

POR AUTENTICAÇÃO R\$ 0,91

REGISTRO

5.406

FICHA

001

VERSO

TABELÃO DE NOTAS PROTESTADAS
TÍTULOS OFICIAIS DE CREDITO
DOCUMENTOS E CÍVIL DE P
Bel. Francisco Reginaldo - Tabel
Alameda Araguaia, 1252/23 - Al
- Benedito -

sobre a emissão de debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado São Paulo e publicadas no "Jornal da Manhã" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos termos do item IV, 14.1, do instrumento ora registrado. **NÚMERO DA EMISSÃO/SÉRIE:-** 2ª emissão de debêntures, em série única. **MONTANTE DA EMISSÃO:-** O montante da presente emissão é de R\$ 40.000.000,00, na data da emissão. **DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:-** Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizados para reforçar a posição de caixa e preservar a liquidez da Emissora para a expansão de suas operações de leasing. **PROCECIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO:** O lançamento será público, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/09/80, atendidos preferencialmente os clientes dos Coordenadores da operação, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos. **NEGOCIAÇÃO:** As debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. **CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES:** As debêntures serão emitidas sem certificado. O extrato fornecido pelo Agente Escriturador servirá como comprovante de titularidade de debêntures, na forma disposta no parágrafo 1º do artigo 27, parágrafo 2º do artigo 35 e parágrafo 2º do artigo 71, todos da Lei 6.404/76. **AGENTE ESCRITURADOR:** Banco Bradesco S/A. **BANCO MANDATÁRIO:** Banco Industrial do Brasil S/A. **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES:** **Valor nominal unitário:** O valor nominal unitário da debênture na data de emissão será de R\$10.000,00. **Quantidade de Debênture Emitidas:** Serão emitidas 4.000 debêntures não conversíveis em ações, em série única. **Montante da Emissão:** R\$40.000.000,00 na data de emissão. **Conversibilidade:** As debêntures não serão conversíveis em ações. **Data de emissão:** Para qualquer efeito legal, a data de emissão das debêntures é de 02 de maio de 2.000. **Prazo e Data de Vencimento:** As debêntures terão prazo de 03 anos a partir da data de emissão, com vencimento em 02 de maio de 2.003. **Forma:** As debêntures serão nominativas, escriturais. **Espécie:** As debêntures serão da espécie subordinada. **Preço de Subscrição e Integralização:** O preço de subscrição das debêntures, será o seu valor nominal acrescido dos juros definidos no item IV, 10, do instrumento ora registrado, calculados desde a data de emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da

LETRAS E
TÍTULOS E
DE PIA JURÍDICA
- Trânsito - Barueri - SP

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE BARUERI - SP

BEL. FRANCISCO RAYMUNDO - OFICIAL DESIGNADO
BEL. ADEMAR FIORANELI - OFICIAL DESIGNADO

Continuação da ficha 001

REGISTRO
5.406

FICHA
002

LIVRO N.º 3 - REGISTRO AUXILIAR
14 de junho de 2.000
Barueri,

Juros: (PDI - percentual da Taxa DI): 105% da Taxa DI. **Periodicidade:** Os juros serão pagos anualmente, a contar da data de emissão, vencendo de maio de 2.001, ou no primeiro dia útil subsequente, conforme previsto no art. 13.2 do instrumento objeto do presente registro. **Formula de cálculo:** de acordo com a forma constante do título (item IV, 10.1). **Repactuação:** Ao final de cada período de incidência da Remuneração das debêntures, a Emissora obriga-se a repactuar as condições que permanecerem constantes durante o referido período, definindo as condições para o período subsequente. De acordo o estabelecido nas AGE's, fica já definido que o primeiro "Período de Incidência da Remuneração" das debêntures terá início na data de emissão, ou seja, 02/05/2.000 e vencimento em 02/05/2001, o segundo Período de Incidência da Remuneração terá término em 02/05/2.002 e o terceiro e último Período de Incidência da Remuneração terá seu término na data de vencimento das debêntures, que se dará em 02/05/2.003. **Aquisição obrigatória:** A Emissora obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures nas datas de encerramento de cada "Período de Incidência da Remuneração", daqueles debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora para o período subsequente, por preço não inferior ao saldo devedor das debêntures na referida data. **Destinação das debêntures adquiridas:** As debêntures que vierem a ser adquiridas pela Emissora nos termos acima, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou recolocadas no mercado. **AQUISICÃO DAS DEBÊNTURES PELA EMISSORA:-** **Resgate Antecipado Facultativo:** A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de carência de 120 dias, contados da data de emissão, promover o resgate antecipado destas debêntures em circulação, por valor não inferior ao seu saldo devedor até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário. **DOS PAGAMENTOS E ENCARGOS MORATÓRIOS:** **Local de Pagamento:** Os pagamentos de quaisquer eventos pecuniários relativos às debêntures serão efetuados pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, ou por instituição financeira contratada pela Emissora para esse fim, ou ainda na sede da Emissora, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema. **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de quaisquer obrigações até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos; constando do título encargos moratórios, e outros itens, termos e condições contratuais. O Agente Fiduciário, representado a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures, declara no título, aceitar a função para o qual foi nomeado e todos os encargos delas decorrentes, previstos na lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976, e na Instrução CMV nº 28/83.

(continua no verso)

